

O INFORMATIVO

DO VALE

Vale do Taquari.
Quarta-feira
8 de julho de 2015

FUNDADO EM 8 DE MAIO DE 1970 POR OSWALDO CARLOS VAN LEEUWEN

Ano XLVI.
Nº 10.782
R\$ 1,50

Nesta edição



Servidores do INSS aderem à paralisação

Página 12

Observatório Social quer que pedido de acesso ao estudo do transporte seja revisto

Página 5

RS decide, amanhã, se irá realizar a Consulta Popular

Página 8

PELO VALE

É de Putinga a Miss World Universo 2015

Página 7 - Pelo Vale

Anta Gorda lança Compra Premiada

Página 6 - Pelo Vale

» TEMA DO DIA

Novos imigrantes buscam melhores condições de vida

» A região recebe, há cerca de três anos, novos imigrantes, na maioria haitianos. Vindos de um país onde as bases econômicas estão enfraquecidas, eles buscam melhores condições de vida, assim como os alemães e ita-

lianos, que chegaram aqui há mais de cem anos. São fluxos entre o passado e o futuro que se misturam e exigem a convivência. Mas, hoje, os imigrantes querem mais: desejam a igualdade.

Páginas 2 e 3



PREÇO: postos querem conquistar cliente pelo bolso

Postos de combustíveis reduzem preços para atrair clientela

» Alguns centavos a menos no valor já são suficientes para chamar a atenção dos consumidores e vender mais. Estratégia foi adotada por, pelo menos, quatro estabele-

cimentos de Lajeado, de três bandeiras diferentes, conforme pesquisa da reportagem. Preços praticados variam de R\$ 3,26 a R\$ 3,35.

Página 4

Pensou em alugar um carro para sua viagem?

Pensou

BOX
LOCADORA DE VEÍCULOS



✓Segurança ✓Praticidade ✓Comodidade

(51) 3714-6588

www.boxlocadoraveiculos.com.br
E-mail: locadora@boxlocadoraveiculos.com.br

FOLHA A4

PACOTE
COM 500
FOLHAS

**SÓ
10,90**

ABC
LATAZUL
(51) 3709.3196

Grêmio pode assumir a liderança do Brasileiro

Página 14

No Beira-Rio, Internacional busca retomar o caminho das vitórias

Página 13

Delete seus problemas
Conte com os nossos seguros

51 3710.6800
www.walleriusseguros.com.br

Wallerius
CORRETORA DE SEGUROS



UM FUTURO MELHOR:

Abdias Geffrard passou no vestibular para exercer a profissão que já tinha, em Letras

Haitianos se aprimoram em busca de igualdade e melhores condições

O estudo, visto como algo importante pelos haitianos, é a alternativa encontrada



Carolina Chaves da Silva
carolsilva@informativo.com.br

» Vale do Taquari

Há cerca de 160 anos, a região recebeu os alemães. Trinta anos depois, eles precisaram dividir espaço com os italianos. Ambos os povos não eram os primeiros a pisar nestas terras, já colonizadas por portugueses e habitadas por índios. Mas, com trabalho e esforço, a convivência tornou-se possível, assim como o desenvolvimento de um local que hoje se pode chamar de avançado.

Por volta de três anos atrás, um novo movimento migratório iniciou-se no Vale, e a abertura de espaços, bem como o acolhimento de quem chegava, tornou-se necessária novamente. Porém, os imigrantes não são mais europeus,

mas de países africanos e caribenhos, onde a situação econômica é dramática e não propicia à população estabilidade para viver.

Atualmente, já são cerca de mil haitianos no Vale do Taquari, o que representa cerca de 70% dos estrangeiros. O país da América Central, de onde eles vêm, foi devastado por um terremoto de sete graus na escala Richter, em 2010. Aqui, a busca inicial era somente por melhores condições de vida, mas, com o passar do tempo, a luta também passou a ser por igualdade. Eles querem mostrar aos descendentes de imigrantes alemães e italianos que podem ajudar a construir um Vale ainda melhor, mais cheio de possibilidades.

Abdias Geffrard (28) é um desses batalhadores. Linguista, ele veio para o Brasil com o sonho de exercer a profissão na qual tem

experiência e graduação praticamente finalizada. Na República Dominicana, ele foi professor e tradutor. Mas, hoje, na região, ele trabalha como encarregado de separações de depósito numa empresa que há dois anos e cinco meses lhe buscou no Acre. "Procurei por diversas oportunidades. Só que, até agora, ninguém me chamou. A barreira aqui é o pensamento que as pessoas têm de nós. Não são todos, mas muitos pensam que não somos capazes de fazer nada. Perguntam se tem cavalo, ventilador no Haiti. Imagina uma universidade?"

Desde o final de 2013, Margarita Rosa Gaviria Mejía coordena a pesquisa "Imigração de haitianos para o Brasil: análises de um processo em construção a partir de um estudo de caso", financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico



"Quando chegam a uma empresa, ninguém pede seus currículos; já os encaminham para o setor operacional."

Margarita Rosa Gaviria Mejía,
professora

e Tecnológico (CNPQ) e apoiada pela Univates. Com outros professores, como Daniel Granada, ela observa o desenvolvimento da imigração haitiana no Vale e percebe as dificuldades encontradas pelos estrangeiros.

"É diferente como eles são percebidos e como eles se percebem. Eles valorizam bastante suas expressões culturais, têm orgulho de serem negros e acreditam nas suas capacidades. Mas quando chegam a uma empresa ninguém pede seus currículos; já os encaminham para o setor operacional. Isso é algo que os deixa muito decepcionados."

Em Encantado, os haitianos e demais estrangeiros recebem o auxílio do Movimento Leigo Scabriniano, com doações, acolhida e aulas. Ivonete Teixeira (62) é integrante

do grupo e acompanha o movimento desde a chegada dos primeiros haitianos, em 2012. "Sair do seu país e vir para um lugar estranho, com uma língua difícil, é complicado. Ninguém migra porque acha bonito, e no caso deles, é a questão econômica, mais do que o terremoto."

O preconceito, para ela, existe, mas, de certa forma, a população do Vale está sendo receptiva à chegada dos novos moradores. "Não é uma coisa tão visível. É um preconceito velado. As pessoas dizem que eles vieram aqui para tirar o emprego, mas, na realidade, sabíamos que havia uma lacuna. Nós somos uma cidade construída em cima da imigração. Acho que as pessoas estão reconhecendo isso. Até porque, se não fosse a comunidade, nem poderíamos fazer o que fazemos", analisa.

Estudar, estudar, estudar

De modo particular, assim como muitos outros haitianos, Geffard tenta ocupar um posto de emprego melhor. "Além da minha casa, durante o terremoto, perdi todos os meus documentos de formação." Para recuperar o tempo que se foi, neste ano, ele frequentou o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (Neja) e passou em todas as provas, concluindo o Ensino Médio.

Porém, essa não foi a maior conquista dele em 2015. "Fiz o vestibular agora, na Univates, fui aprovado, saí em 12º lugar para Letras. Agora, estou só esperando começarem as novas turmas. Com essa comprovação, vou continuar, porque, lá no Haiti, meu sonho não era ser assim como estou. Em línguas, vou fazer mestrado e doutorado."

Aqueles que ainda não possuem graduação, cursam o Ensino Médio nas escolas estaduais ou participam de aulas de português para melhorar a fluência da língua. É o caso de Maudeline Hilaire (33) e Berthonalson Dorlean (23). Há um mês, eles são alunos do curso de formação de professores de Língua Portuguesa como Língua Adicional, que é uma das atividades do projeto de extensão "A aprendizagem da Língua Portuguesa como língua adicional: investigação, formação e ensino", do curso de Letras da Univates.

"Está sendo uma experiência de aprendizagem extremamente significativa para

os estudantes e professores da área da Língua Portuguesa, considerando que impõe colocar-se no lugar de quem sai de um outro país, deixa para trás sua cultura e vem para assumir outra cultura, outra língua. É, a partir desse lugar, que vamos juntos buscar compreender uma nova cultura, até certo ponto uma nova identidade", afirma a coordenadora do curso de Letras, Marlene Spohr.

As aulas ocorrem duas vezes por semana no Colégio Estadual Presidente Castelo Branco. São atendidas três turmas, nos turnos da manhã, tarde e noite, cada uma com média de 20 alunos - a maioria haitianos.

Maudeline enfrenta, há dois anos e três meses, as dificuldades de se viver numa terra estranha. Dorlean chegou um pouco depois e está há exatos dois anos no Brasil. Ambos têm Ensino Médio completo e acreditam que as aulas ainda são recentes, mas já estão ajudando.

A dupla enfrentou cinco dias de viagem entre o Acre e o Vale do Taquari, na qual gastaram cerca de R\$ 1 mil. Atualmente, trabalham num frigorífico, mas pensam em crescer profissionalmente para ajudar a família no Haiti. Ela, principalmente por causa da filha, a qual deixou no país de origem. "Dá muita saudade. Eu não tenho Visto Permanente, aí não consigo buscá-la. Quero trabalhar



Carolina Chaves da Silva



divulgação

para ter liberdade e trazer ela (sic) para cá." Berthonalson quer se profissionalizar para garantir um futuro melhor e ter uma carreira promissora. "Quero ter uma profissão, fazer uma faculdade."

AULAS OCORREM HÁ DOIS ANOS, EM ENCANTADO

Em Encantado, onde há cerca de 400 haitianos, as aulas de português estão sendo realizadas uma vez por

semana no Centro de Evangelização. Antes, os estudos ocorriam no Centro Municipal de Educação. Nesses dois anos, o aprendizado básico é ministrado por professoras aposentadas, com a coorde-



Os primeiros haitianos chegaram em 2012. Hoje, já são cerca de

1 mil
na região;

400
em Encantado;

500
em Lajeado e cem em Estrela.

AULAS DE PORTUGUÊS:

cerca de 60 estrangeiros estudam a nova língua

ENCANTADO: o Movimento Leigo Scalabriniano auxilia os haitianos

nação e auxílio do Movimento Leigo Scalabriniano.

Segundo Ivonete, cerca 35 estrangeiros frequentam as aulas. Entre poucos dominicanos e senegaleses, estão lá os haitianos. "Eles aprendem os dias da semana, frutas, cumprimentos. A nossa preocupação é que eles consigam pedir o que precisam, num primeiro momento", explica. Ela conta que sete ex-alunos se matricularam no ensino regular, para aprender mais.

"Trabalham bastante, têm o sonho de melhorar de vida. Mesmo tendo formação universitária, só conseguem empregos básicos. Mas eles têm muita vontade. São pessoas corretas e muito respeitadoras. Vieram para trabalhar", afirma.

Para serem vistos

Na tentativa de subir o primeiro degrau em busca de visibilidade, cerca de 20 haitianos se mobilizam para algumas ações que devem ocorrer em Lajeado. Uma página no Facebook, chamada Haitianos de Lajeado, foi feita há cerca de uma semana para expor a cultura, ideias e perfis desses imigrantes. Mais de 340 pessoas, na maioria brasileiros, já acompanham as postagens.

A Rádio Univates realiza o programa Haiti Cultural, nas segundas-feiras, em que os próprios haitianos falam sobre si. No dia 26, a banda evangélica Harmony Singers se apresentará no Arte na Praça, que ocorrerá excepcionalmente na praça da matriz. Já para agosto, o grupo deve comemorar o aniversário de dois anos no Parque Professor Theobaldo Dick. "Eu

acho que a exibição é muito importante. Falar de boca não vai adiantar nada. Mostrando, as pessoas podem mudar de ideia. Não tem como negar nossa presença na sociedade; nós já fazemos parte dela. Queremos mostrar que o povo haitiano vem para estudar e trabalhar, pois nós acreditamos que quem não estuda não vai a lugar nenhum", enfatiza Geffard.

"São pessoas que estão aí, buscando se integrar. Pelos direitos humanos, todos têm direito de escolher onde querem viver. Não é exclusivo deles. O fato de ser de fora sempre gera esse estranhamento. Mas o problema não está em valorizar o próprio modo de ser. O problema é quando isso custa o preconceito ao outro", observa o professor Daniel Granada.

Direitos que ainda estão por vir

No início deste ano, os haitianos passaram a ganhar um auxílio extra na busca pelos princípios da igualdade: a concretização dos direitos humanos. O curso de Direito da Univates, por meio do projeto de extensão Observatório de Direitos Humanos, promoveu dois encontros com eles, a fim de identificar as maiores demandas. Com o auxílio de um tradutor, cerca de 30 alunos do curso, e também do Design, conversaram com os imigrantes.

"Vamos avaliar o que eles mais precisam, quais são seus maiores problemas e, depois, vamos definir as medidas a serem tomadas. O nosso objetivo

é deixar todos mais à vontade, tanto eles quanto nós mesmos. Nesse modelo social mais individualista é mais complicado, mas, devagarinho, todos vão se dando conta de que pessoas são pessoas, não importa de onde vêm", acredita a coordenadora do projeto, Bianca Corbellini Bertani.

Ainda neste ano, outros três encontros devem ser realizados. Um deles em Encantado. "Queremos cuidar para que eles tenham respeitados seus direitos humanos. Sabemos que eles têm tratamento diferenciado em relação aos brasileiros e vamos até analisar se realizaremos um trabalho mais intervencionista junto a essas causas."

Uns chegam, outros partem

A professora Margarita comenta que a inquietude dos haitianos já os leva a tentar oportunidades em outras cidades. "O fluxo é muito grande. De um ano para cá, começamos a observar uma mudança. Agora, as empresas não os trazem mais: eles chegam sozinhos." Foi assim que Adler Cedieu (30) chegou ao Vale em novembro do ano passado, por intermédio de primos e amigos.

No Haiti, ele morava com os pais e irmãos numa casa que desabou por inteiro durante o terremoto. Economista formado, com fala fluente em três línguas, Cedieu sonhava em colocar em prática, no Brasil, o que aprendeu em quatro anos de estudo. Porém, nesses oito meses, ele conseguiu uma vaga como encanador, e em menos de dois meses de trabalho, foi demitido.

"Quería ajudar minha família e ter mais formação, mas ainda não consegui licença para trabalhar

aqui como economista", conta. Desempregado, ele continua atrás de oportunidades. Lá, trabalhava com a contabilidade de uma empresa. "Agora, participa de aulas de português, realizadas pelo curso de Letras da Univates, para se aprimorar. "Estou aprendendo cada vez mais. Acho que vai me ajudar a arrumar um emprego. Vou esperar mais um pouco. Se não der, vou buscar outra cidade no país."

Ele poderá seguir o mesmo rumo que alguns, assim como aponta a pesquisadora. "Os trabalhos são pesados, e eles não querem ficar naquilo. Querem melhorar a situação no Brasil. Com o tempo, querem se inserir em outras atividades relacionadas à profissão. Quase todos que chegaram há dois anos saíram do primeiro emprego, já procuraram novos caminhos. Alguns até mudaram de cidade, vão para Curitiba, no Paraná, e Santa Catarina", contabiliza.

CREMAÇÃO

Faça um Plano Diersmann com Cremação ou inclua esta opção no plano que você já possui.

Diersmann
ASSISTÊNCIA FAMILIAR

(51) 3712 1310
www.diersmann.com.br

Observatório insiste para ter acesso ao estudo sobre o transporte coletivo

Organização havia demonstrado interesse em ver o material, mas Justiça negou a solicitação



Juliana Bencke

juliana@informativo.com.br

» Lajeado

O Observatório Social (OS) encaminhou, na segunda-feira, embargos declaratórios pedindo que o juiz Rodrigo de Azevedo Bortoli reveja pontos da decisão sobre o pedido de acesso ao estudo do transporte público de Lajeado. No dia 23 de junho, o magistrado negou a solicitação à entidade de que o estudo técnico da prefeitura fosse exibido com urgência. O documento serviu como base para a elaboração do edital da licitação do transporte público, que se encerra no dia 28.

Presidente do Observatório Social, o advogado Fernando Santos Arenhart lembra que a entidade ingressou na Justiça pedindo o acesso ao documento após tê-lo requerido à prefeitura, sem sucesso. Segundo ele, o município descumpriu a Lei de Acesso à Informação, que estabelece a obrigatoriedade de o Poder Público fornecer o dado, indicar as razões da recusa ao acesso ou comunicar que não possui a informação, em um prazo de 20 dias.

“O pedido judicial de exibição de documentos



Frederico Sehn/arquivo

“O pedido de exibição de documentos foi feito, exclusivamente, com base na Lei de Acesso à Informação.”

Fernando Santos Arenhart,
presidente do Observatório Social

Relembre o caso

O Observatório Social de Lajeado solicitou, à prefeitura, em 13 de maio, acesso ao estudo técnico sobre o transporte público, realizado no início do ano passado. De acordo com a entidade, o município não respondeu ao pedido, conforme estabelece a Lei de Acesso à Informação. Por isso, em 20 de maio, o observatório recorreu à Justiça pedindo a exibição do documento, com urgência.

À época, a assessoria jurídica de Lajeado disse que parte dos documentos requeridos pelo Observatório Social não foi apresentada por conta da necessidade de sigilo para preparação do processo licitatório. Após a manifestação da prefeitura, o juiz Rodrigo de Azevedo Bortoli concluiu que não haveria necessidade de acesso urgente ao documento. A decisão final ainda não foi determinada.

foi feito, exclusivamente, com base na Lei de Acesso à Informação. Ao negar o nosso pedido, com um juízo muito mais das circunstâncias, ao nosso ver, o juiz deixou de analisar a questão da Lei de Acesso à Informação. Por isso, decidimos fazer esses embargos”, explica. “Entendemos que houve uma omissão, que ele deveria se pronunciar sobre nosso argumento, sobre o direito de acesso à informação”, frisa.

Arenhart esclarece que a solicitação de exibição de documento não questiona, em nenhum momento, a transparência

do processo licitatório. O advogado destaca, ainda, que a intenção do pedido de urgência no acesso ao estudo técnico do transporte público era garantir que ele pudesse ser analisado antes do término da licitação que contratará a empresa de ônibus que atuará em Lajeado pelos próximos 20 anos. “Muito provavelmente, quando sair a sentença, o procedimento licitatório já vai ter sido encerrado”, lamenta.

Até o final da tarde de ontem, o juiz Rodrigo Bortoli não havia recebido a manifestação do OS.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.
Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Convidamos os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 23 de julho de 2015, às 10h00min, na sede da Companhia, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), a fim de deliberar sobre: (a) Grupamento da totalidade das ações da Companhia, à razão de 50 (cinquenta) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76; (b) Alteração da redação do Art. 5º do Estatuto Social e (c) Consolidação do Estatuto Social.

Instruções Gerais:
(i) Para participar e votar na referida Assembleia os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão observar as disposições previstas no Art. 126 da Lei 6404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Conforme faculta o disposto no art. 17 do Estatuto Social, o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar a procuração na sede da Companhia, com até 48 horas de antecedência da realização da Assembleia.
(ii) Informações complementares sobre as matérias a serem tratadas na Assembleia, encontram-se disponíveis no site da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&F Bovespa, www.bmfbovespa.com.br.
Lajeado (RS), 07 de julho de 2015.

SERGIO ROBERTO JAECHKE JAEGER - Presidente do Conselho de Administração

Segundo Dnit, vistoria da Funai começa hoje

Estrela - A vistoria da nova aldeia caingangue deve ocorrer de hoje até sexta-feira. Conforme a assessoria de imprensa da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a vinda da Fundação Nacional do Índio (Funai) está confirmada.

A vistoria irá liberar mais uma etapa para a duplicação final da BR-386, no trecho entre Estrela e Bom Retiro do Sul. Conforme o comunicado do Dnit, caso a Funai dê parecer favorável é necessário aguardar, ainda, a alteração da condicionante ambiental imposta pelo Ibama. Depois dessa alteração, o Dnit fará a reprogramação da obra, com o novo prazo para entrega da rodovia.

Até o fechamento desta edição, a Funai não havia se posicionado sobre a visita ao Vale.

TABELIONATO KLEIN									
Rua Alberto Torres, 555 – LAJEADO (RS)									
CP 190 - Fone: 51 3714 1965 ou 3011 1965									
Os títulos abaixo relacionados serão protestados no terceiro dia útil que se seguir a esta publicação, se antes não forem pagos:									
Devedor	CNPJ/CPF	Esp	Documento	Valor - R\$	Vencimento	Apresentante	Mot	Protocolo	
Adriana Lopes Camargo	951.233.180-20	IDM	282	630,00	10/06/2015	Banco Cooperativo Sicredi S/A	FP	1144912-8	
Adriano Renner	179.870.160-04	IDM	0163277 02	521,38	30/03/2015	Banrisul SA Ag 270	FP	1145418-0	
C S Weiss Usinagem Cia Ltda	18.167.531/0001-39	IDM	37326-2	650,84	17/06/2015	Banco Bradesco S/A Ag 563	FP	1146255-8	
Diva Gross	657.811.200-68	IDM	2405-04	518,50	12/05/2015	Banco Cooperativo Sicredi S/A	FP	1142088-0	
Douglas Tessmann Soares	022.798.580-02	IDM	2015196	280,00	02/06/2015	Caixa Econ Federal Ag 0489-8	FP	1144239-5	
Fátima Maria da Silva	503.606.630-87	IDM	2666-01	431,75	01/05/2015	Banco Cooperativo Sicredi S/A	FP	1141179-1	
Francielle Zang Fank	037.480.840-64	IDM	002435/07	197,00	10/06/2015	Banco do Brasil S/A Ag 139-2	FP	1145571-3	
JMV Man e Inst Mecânica e Elétrica	12.116.824/0001-00	IDM	1005897021	4.000,00	08/06/2015	Banco Cooperativo Sicredi S/A	FP	1145532-2	
Jonathan Rafael Trindade Rodrigues	019.169.420-75	IDM	069	621,60	31/05/2015	Banco Cooperativo Sicredi S/A	FP	1143515-1	
Marcos Roberto Ghilardi	004.499.090-18	IDM	889	216,32	10/06/2015	Banco Cooperativo Sicredi S/A	FP	1145303-6	
Marilene da Silva	580.813.480-34	IDM	005810/5	116,00	26/05/2015	Zanchetti, Spessatto e Cia Ltda	FP	1146206-0	
Natalia Estevo	008.296.270-73	IDM	1256D005	1.182,00	10/06/2015	Caixa Econ Federal Ag 0489-8	FP	1145351-6	
Neusa Terezinha Folmer	05.415.986/0001-84	IDM	003225-02	333,91	22/06/2015	Banco Bradesco S/A Ag 563	FP	1146890-4	
Oswaldo Johan	508.482.080-72	IDM	44809611	149,32	10/06/2015	Banrisul SA Ag 270	FP	1144805-9	
Paulo Andre Bianchini e Cia Ltda	08.312.099/0001-79	IDM	026030503	2.031,90	09/06/2015	Banco Santander Banespa S/A	FP	1144729-0	
Paulo Sergio Felix & Cia Ltda	07.219.155/0001-62	IDM	5574-2/1	279,91	28/04/2015	Banco Bradesco S/A Ag 563	FP	1146248-5	
Raquel de Assis de Oliveira	790.281.100-97	SJ	913-15.2010.5.04.0771	113.996,31	11/05/2015	2ª Vara do Trabalho De Lajeado/Rs	FP	1141538-0	
Ricardo Aloar Bruschi	749.102.720-20	IDM	1595-11	182,70	20/05/2015	Banco Cooperativo Sicredi S/A	FP	1141737-4	
Roni Francisco Siqueira	008.843.390-09	IDM	2015206	439,32	17/06/2015	Banrisul SA Ag 270	FP	1145970-0	
Sadi Edson Vargas	920.383.950-04	IDM	47702611	208,54	17/06/2015	Banrisul SA Ag 270	FP	1145971-9	
Transportes Isrk Ltda	07.808.750/0001-33	IDM	480419	3.697,75	10/06/2015	Banco Bradesco S/A Ag 563	FP	1144604-8	
Vanderlei Zuffo	561.239.730-53	IDM	012424101	126,91	04/02/2015	Banrisul SA Ag 270	FP	1142039-1	
Não tendo sido encontrados os devedores, ou tendo eles recusado o recebimento da intimação, ficam intimados do apontamento dos títulos e de seus protestos, após três dias úteis.									
Lajeado (RS) 08 de Julho de 2015 - Wilson Klein - Tabelião									

EDITAL DE INTIMAÇÃO



COLUNA DO FABIANO



FABIANO CONTE | colunadofabiano@gmail.com

Em Estrela, o PMDB terá Marcelo Mallmann, secretário de Educação, como presidente. Renata Becker e Cristiano Nogueira disputavam a presidência, mas graças à intermediação do prefeito Rafael Mallmann e para evitar "disputa desnecessária", ocorreu a indicação de Marcelo.

Em Marques de Souza, pode estar surgindo um novo nome para disputar a prefeitura pelo PMDB. Trata-se da assessora de Projetos da prefeitura, Jovane Compagnon, que tenta compor uma coligação com PP, PT, PTB e PDT.

A prefeitura esclarece: "Sobre o fato de algumas placas indicativas de ruas estarem apagadas, conforme comentário de um leitor seu na coluna de sábado, desde 2013, o governo de Lajeado identificou ruas em mais de 150 cruzamentos. Em outras 150, as placas foram reformadas. Todos os bairros do município são contemplados. Existe uma grande demanda, tendo em vista que muitos loteamentos foram abertos na cidade nos últimos anos. Por outro lado, as placas também são alvo de furtos e vandalismo. Por isso, pede-se a colaboração da população no sentido de denunciar, aos órgãos de segurança, atos que venham a causar prejuízo ao município".

» Cinco anos depois

O relato da leitora é impressionante: "Minha mãe teve um AVC em abril de 2010. Foi socorrida ao hospital (SUS) da cidade onde morava. Em decorrência da situação, a trouxe para morar comigo em Lajeado, onde continuou o acompanhamento pelo SUS. Em dezembro, conseguiu consulta com neurologista, que solicitou uma ressonância magnética da cabeça para verificar possíveis danos cerebrais. O restante do tratamento prosseguiu, e ela se recuperou de forma surpreendente. Passados os meses, acabamos esquecendo da tal ressonância. Para nossa

surpresa, passados quase cinco anos, o posto de saúde a chamou, informando que a ressonância estava autorizada. Nós nem lembrávamos mais qual o médico e em qual circunstância havia feito o pedido. Quando li os documentos anexados verifiquei que a solicitação havia sido feita em 2010. Cinco anos para verificar sequelas de um AVC são, no mínimo, um absurdo." Felizmente, essa senhora se recuperou. Fico imaginando se tivesse a necessidade desse exame para ter a cura. Talvez não estivesse aqui para, hoje, ver como o sistema de saúde é falho e demorado.

» O susto

Como serviço de utilidade pública para nosso leitor. A AES Sul disponibiliza acesso às últimas 24 contas de luz no seu site. Basta criar um login. Também mandam a conta via e-mail e, com isso, fica fácil manter um histórico dos últimos valores pagos. E você pode fazer um comparativo de quanto consumiu ou pagou a mais. Um leitor, por exemplo, ao receber a conta deste mês, chegou à conclusão de que o custo do KW/h subiu mais 5,73%, totalizando um aumento de 60,727% no ano, 59,51% em 12 meses e 105% nos últimos dois anos.



Henrique Lagemann, secretário de Administração de Estrela, esteve, no fim de semana, em Brasília, onde participou da Convenção Nacional do PSDB, seu partido. Lagemann aprovou a reeleição do senador Aécio Neves como presidente dos tucanos. A foto registra o secretário na convenção de domingo.

Esteve em Lajeado, no sábado, a convite do vereador Ernani Teixeira, o presidente estadual do PDT, deputado federal Pompeo de Mattos. Foi uma visita informal. Além do vereador Teixeira, foi recepcionado por lideranças partidárias, como Paulo Backes, presidente do PDT de Arroio do Meio; Aldo Vieira dos Santos, que preside o PDT de Cruzeiro do Sul; Gerson Teixeira,

ra, secretário de Segurança de Lajeado; além de Nilton Feisterseifer; Oilquer Soares dos Santos, coordenador do Sine de Lajeado; Alexandre Oliveira; Luiz Oliveira; Gustavo Teixeira e Jair Pádia, entre outros. Mesmo sendo um encontro informal, o assunto eleição 2016 entrou na pauta, bem como a participação do partido nos governos do Estado e nacional.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMDICA - FORQUETINHA/RS

Lei Municipal 1.007/2014

Edital do COMDICA Nº 05/2015

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA - Município de Forquetinha, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado preliminar da prova escrita e convoca para a avaliação psicológica do processo de escolha de Conselheiros Tutelares:

NOME DO CANDIDATO	PROVA Nº	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
Geciani Cristina Sauter Neves	06	37	APROVADA
Idalicio José Schossler	02	29	APROVADO
Lourdes Benincá Schvingel	01	25	APROVADA
Elaine Zanella	03	34	APROVADA
Mara Beatriz Schmeier	05	20	APROVADA
Gisele Datsch;	04	19	REPROVADA

Ficam os candidatos aprovados convocados para as avaliações psicológicas que serão realizadas no dia 14/07/2015, a partir das 18h, junto ao Mini-Auditório do Centro Administrativo, sito à Rua Johann Kremer, nº 1316, Centro, nesta cidade.

O Edital na íntegra está publicado no quadro mural, localizado no saguão principal do Centro Administrativo, mural do Conselho Tutelar, mural do Departamento de Assistência Social e no site oficial do Município na internet www.forquetinha.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones (51) 36132414/36132415.

Forquetinha, 06 de julho de 2015.

Marlise Marlene Grunwald - Presidente do COMDICA



NOBRE
TREINAMENTOS
(051) 9217-5775
TAMPINHA

SER NOBRE

"FAZER O TREINAMENTO FOI MUITO DESAFIADOR. TIVE QUE ACREDITAR QUE OS RESULTADOS VIRIAM, IMAGINAVA QUE NADA HAVIA PARA MUDAR OU MELHORAR, VENCI A MINHA RESISTÊNCIA E EVOLUI MUITO! OS RESULTADOS FORAM MELHORES QUE O ESPERADO, ESPANTAR A NUVEM NEGRA E INICIAR O MEU DIA DE FORMA MAIS AGRAVÁVEL FOI O PRIMEIRO PASSO, SABER OUVIR E ENTENDER MELHOR AS PESSOAS QUE ESTÃO AO MEU LADO ME DEIXOU MAIS HUMANA E MENOS BLINDADA AOS SENTIMENTOS E AS EMOÇÕES. COM CERTEZA HOJE SOU MELHOR... MUITO MELHOR QUE ANTES, ACEITAR QUE EU MUDEI, É UM GRANDE AVANÇO E SABER QUE POSSO MELHORAR AINDA MAIS, É UMA CONQUISTA!"



Dra. ANGÉLICA M. HULMANN HUPPEL
ADVOGADA.

Estado recua mais uma vez e coloca em xeque a Consulta Popular 2015

Os 28 conselhos decidem, amanhã, se irão aceitar proposta para votação em agosto



Rodrigo Nascimento

rodrigon@informativo.com.br

» Vale do Taquari

Depois de reduzir à metade o valor destinado à Consulta Popular 2015, o governo do Estado tentou cortar ainda mais a esperança de investimentos: queria dividir entre os 496 municípios do RS apenas R\$ 40 milhões para atendimento apenas da saúde e educação. Agora, com mais uma rodada de negociações, o Piratini ampliou a margem e abriu novamente a discussão sobre a realização da consulta. O tema será pauta de encontro amanhã, em Porto Alegre.

Segundo a presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari (Codevat), Cintia Agostini,

depois de uma extensa conversa entre o governo gaúcho e as demais regiões do Estado, o Piratini refez as contas e viu que os R\$ 100 milhões acordados previamente eram demais. Não havia recursos para tanto. “Fomos chamados às pressas para ouvir que a Consulta Popular teria apenas R\$ 40 milhões - metade para projetos na área da saúde e metade para projetos da educação.”

Os conselhos viraram a mesa e conseguiram ampliar a margem definitiva em R\$ 60 milhões, mantendo quase o mesmo cálculo proposto por Sartori. Um terço, ou seja, R\$ 20 milhões, para a saúde, mesma quantia para educação, e o restante dividido entre os projetos que contemplam agricultura, ciência e tecnologia e desenvolvimento econômico.



Rodrigo Nascimento

Otimista, a presidente do Codevat justifica o voto favorável à realização da consulta mesmo com menos recursos ainda. “Eu defendo a manutenção da consulta pelo simples fato da atração de recursos para a região em uma época de crise econômica”, avalia Cintia. Porém, a decisão será do colegiado dos 28 conselhos. A maioria decide. A reunião será às 9h,

na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre.

DÍVIDA DO RS

Ao todo, o Vale do Taquari tem R\$ 21 milhões a receber do RS por conta de consultas realizadas no passado. De tudo que o Estado deve a todas as regiões, Sartori garante apenas o pagamento de R\$ 60 milhões - mesma quantia destinada à consulta de 2015.

Como será a divisão

Com a nova proposta, o Vale do Taquari receberá R\$ 1,5 milhão - R\$ 500 mil para cada área de votação. Para a saúde, poderão ser incluídos três projetos. A mesma quantia vale para a educação. O primeiro item mais votado de cada categoria será contemplado. As outras três áreas prioritárias podem incluir oito propostas: as duas mais apontadas recebem verbas.

Se aprovada, a Consulta Popular ocorre no dia 19 de agosto de forma presencial e pela internet.

É O QUE TEM:

para Cintia, pior é não realizar a consulta e perder o direito de opinar no Orçamento

Vereadores discutem sobre suposto uso indevido de recursos públicos

Lajeado - Em noite com poucos projetos em votação na Câmara de Lajeado, o clima esquentou mesmo na troca de acusações entre os vereadores Delmar Portz (PSDB) e Ernani Teixeira (PDT).

Mozart Lopes (PP) criticou a falta de conhecimento sobre o edital do transporte público no município e a possibilidade de retirada de diversas paradas de ônibus ao longo da cidade. Ele também enfatizou os gastos com contratos de serviços terceirizados, cujo custo chegaria a R\$ 41 milhões.

Para Antônio de Castro Schefer (SDD), só a rodoviária vai se beneficiar com a

possível retirada das paradas, enquanto o restante da população seria prejudicado com gastos extras nas passagens. Ele também lamentou o fato de não ter recebido resposta sobre o pedido de acesso às diárias do secretário da Juventude, Esporte e Lazer, Paulo Tori.

DISCUSSÕES

A sessão ficou mais acalorada após a “denúncia” de Portz de que funcionários e máquinas públicas estariam sendo utilizados para realização de serviços em terreno particular. “A prefeitura está pagando 20 mil horas-máquina para fazer serviço particular”, critica. O vereador



Renan Silva

CÂMARA: nos extremos da bancada, Portz (e) e Teixeira (d) discutiram na sessão de ontem

também comentou sobre a briga no Posto de Saúde do Conservas, noticiada, ontem, pelo jornal **O Informativo do Vale**, em que um

funcionário público teria sido agredido.

“Eu acredito que a agressão vem por algum motivo. Alguém perguntou o que essa pessoa fez? Será que faltam médicos lá? Ou será que tem médicos cubanos que estão mandando receitas erradas, que as pessoas até poderiam morrer se não fossem as enfermeiras da prefeitura para pedir interpretação de outras pessoas? Será que é isso?”, questiona.

Em resposta, Teixeira disse que quase tinha um ataque enquanto esperava para falar, ouvindo as “bobagens” ditas ali. Após um bate-boca com Portz e com Ranzi - pedindo que lhe fossem assegurados seus sete minutos regulamentares -, prosseguiu. “Pra que o senhor vai atirar no ventilador uma coisa que nem o senhor tem certeza? Chega de fazer coisas aqui nessa casa que não podem provar”, alerta.

O vereador Sérgio Luiz Kniphoff (PT) diz que achou equivocada a acusação de Portz em relação à agressão no posto de saúde, pois soava como um incentivo à violência.

Projetos votados

Foram aprovados, por unanimidade, três projetos de lei do Executivo. O primeiro autoriza a abertura de crédito especial de R\$ 38,5 mil e de crédito suplementar de R\$ 31,9 mil à Secretaria do Meio Ambiente, para implantação de melhorias e manutenção na central de triagem, e também para implantação de software de monitoramento dos resíduos no aterro do município.

O segundo projeto autoriza que a Secretaria de Governo abra crédito suplementar de R\$ 350 mil e de crédito especial de R\$ 2 mil para contratação de serviços terceirizados de pintura nas vias da cidade e para o pagamento de uma nota fiscal emitida no fim do ano passado, referente à manutenção de veículos e fiscalização de trânsito.

Também foi aprovada a destinação de R\$ 1 mil por mês para a Amando, Protegendo e Ajudando Muitos Animais (Apama), a fim de auxiliar suas atividades no período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2015.



Bazar e Sebo

A Liga Feminina de Combate ao Câncer de Lajeado, convida a população para prestigiar o Sebo e Bazar da Solidariedade, que ocorrerá neste sábado, **dia 11 de julho, sábado, das 9 horas às 14 horas**, na rua Júlio de Castilhos, em frente ao prédio da Caixa Federal. Neste dia, serão vendidos livros usados e doados pela comunidade, assim como artesanatos feitos pelas próprias voluntárias da Liga, além de produtos com a marca da Liga, todos a preço simbólico. Haverá a presença da ervateira Ximango, disponibilizando chimarrão e música para a população, bem como a performance dos alunos de teatro do CEAT, numa forma a interagirem com as pessoas e integrarem arte e solidariedade, que é a proposta do nosso Sebo e Bazar. Importante lembrar que todo o valor arrecadado será revertido na compra de suplementos alimentares para os pacientes em tratamento oncológico no SUS do Hospital Bruno Born.

Em caso de chuva, o evento será transferido para o próximo sábado ou em data a ser definida, mas estaremos informando.



SANTA CLARA DO SUL

Município abre Feira do Livro hoje à noite

A 14ª edição apresenta programação variada. Destaque para a inclusão de novas tecnologias.

CONEXÃO

ATITUDES VENCEDORAS

Sindilojas homenageia profissionais

Segunda edição do projeto começou entrega dos prêmios. Iniciativa objetiva valorizar ações positivas. **Página 12**

SEGURANÇA PÚBLICA

Passeata alerta para carências



A decisão do Estado de não nomear novos servidores, reduzir despesas e cancelar reajustes desagradou servidores da Susepe, PC, BM, IGP e Corpo de Bombeiros. **Página 10**

TEMPO NO VALE



Quarta-feira no Vale:

Tempo permanece instável, com muitas nuvens e pancadas de chuva.

Mínima: 12°C - Máxima: 17°C

A Hora

Compromisso com o Vale do Taquari.

Fundado em julho de 2002

Lajeado, quarta-feira,
8 de julho de 2015
Ano 12 - Nº 1379

Avulso: R\$ 1,00

Fechamento da edição: 21h

PLANO DIRETOR DE LAJEADO

Executivo propõe alteração na norma dos loteamentos

O município encaminhou para a câmara texto que modifica o Plano Diretor. O documento de 19 páginas estabelece novas regras para loteamentos. O projeto foi elaborado a partir de reuniões com empreendedores, integrantes

do Ministério Público e estudos da Secretaria de Planejamento (Seplan). Pela proposta, os loteadores terão mais responsabilidade. Deverão instalar rede coletora de esgoto, para escoamento de água e pavimentar as vias. **Páginas 6 e 7**

Chuva persiste até sexta-feira



MÊS CHUVOSO: a primeira quinzena de julho deve ter precipitações acima da média. Nesta semana, a chuva deve parar na sexta-feira. Apesar das condições meteorológicas, risco de enchentes é remoto **Página 9**

HOSPITAL DE ESTRELA

Acidente grave gera fila no PS

Motociclista Jian Miorrelli teve diversas fraturas. Um condutor embriagado teria provocado o acidente. Atenção dedicada ao paciente provocou fila no Setor de Emergência. **Página 13**

GREVE NO INSS

Servidores reivindicam nomeações



Defasagem de servidores sobrecarrega equipe do INSS. Ontem, unidades da região ficaram fechadas. Falta de informação irritou beneficiários. **Página 5**

Política

◆ AL recusa extinção de Tribunal Militar

ESTADO — A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa rejeitou ontem Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que previa a extinção do Tribunal de Justiça Militar. Com sete votos contrários e três favoráveis, os

deputados consideraram inconstitucional a proposta do deputado Pedro Ruas (Pso). A corte militar custa R\$ 39 milhões por ano ao Estado. Além do RS, apenas São Paulo e Minas Gerais mantêm a estrutura.

Vereadores **debatem** paradas de ônibus

Determinação do Daer sobre retirada de oito pontos provocou impasse na câmara

Lajeado

Uma reivindicação antiga do Sindicato das Agências e Estações Rodoviárias (Saerrgs) motivou discussões acaloradas no plenário. Na sessão de ontem, vereadores de oposição criticaram a possível retirada de oito paradas no perímetro urbano. A medida atende decreto do Daer que proíbe embarque e desembarque em pontos que ficam a menos de 1,5 quilômetro da rodoviária.

O Daer notificou 14 empresas de transporte para que respeitem a determinação da autarquia. "Hoje tiramos oito. Logo mais serão mais 30", comenta Mozart Lopes (PP).

Antônio Scheffer (SDD) insinuou interesse próprio na medida do Daer, que completou três décadas no ano passado. "A retirada é para beneficiar um homem só, que faz parte desta coligação", acusa. Ele se refere ao ex-secretário de Administração de Lajeado, Nelson Noll, proprietário da concessão para venda de passagens no município.

Os parlamentares da base governista saíram em defesa de Noll. "Tem que ter muito estômago para ouvir algumas bobagens", disparou Ernani Teixeira (PDT). Paulo Door (PMDB) comen-

tou que a determinação independe da vontade política municipal, pois se trata de um decreto de uma autarquia estadual.

"Mas o município pode tentar intervir", observou Waldir Gish (PP), preocupado com os passageiros habituados a utilizar a parada de ônibus em frente ao Shopping Lajeado. Sérgio Kniphof (PT) criticou a postura de Scheffer. "A lei é do Daer, não tem nada a ver com Noll", afirmou, pedindo mais respeito ao ex-secretário por parte da câmara.

Gastos públicos

Mozart Lopes apresentou alguns números e questionou a possibilidade de a administração municipal iniciar turno único para economizar. Segundo ele, o Executivo já custeou mais de 20 mil horas máquinas em 2015, além de 72 mil horas para servidores terceirizados. Também reclama dos gastos com contratos de terceirizadas, que, segundo ele, custarão mais de R\$ 41 milhões só neste ano.

Ponto eletrônico

O presidente do Legislativo, Carlos Ranzi (PMDB), comentou sobre a instalação de um sistema de ponto eletrônico para controle dos funcionários e servidores



Vereadores da situação e da oposição devem entrar em consenso para votar projeto que altera o Plano Diretor

da câmara. Segundo ele, o mês de julho servirá para testes. Os aparelhos devem funcionar de forma efetiva a partir de agosto. A forma de compensar as horas extras dos cargos comissionados ainda será rediscutida.

Três projetos aprovados

O primeiro projeto aprovado autoriza abertura de crédito especial de R\$ 33,5 mil e suplementar

de R\$ 31,9 mil. Os valores da Secretaria do Meio Ambiente serão utilizados para implementação de melhorias e manutenção das atividades desenvolvidas na central de triagem do aterro sanitário. Do montante, R\$ 5 mil servirá para aquisição de software para gerenciamento de informações do recebimento de resíduos sólidos.

Também foi aprovada abertura de créditos de R\$ 352 mil da Se-

cretaria de Governo. Do total, R\$ 350 serão para pintura em vias do município. Os R\$ 2 mil pagarão uma "nota fiscal emitida no fim do ano passado, referente à manutenção de veículo da fiscalização de trânsito realizada na concessionária para não perder a garantia". O Executivo ainda foi autorizado a repassar R\$ 6 mil à Amando, entidade de proteção aos animais.

Parlamentares aprovam cinco projetos do Executivo

Estrela

Vereadores aprovaram cinco projetos na sessão da câmara dessa segunda-feira. Entre eles, a alteração da lei que dispõe sobre a implantação de Condomínio Horizontal de Lotes. Com a mudança, fica opcional ao empreendedor fazer obra destinada a equipamentos urbanos ou comunitários nas redondezas da área loteada.

Os parlamentares autorizaram o Executivo a firmar convênio com o governo estadual, para ceder uma sala do quartel do Corpo de Bombeiros para instalação da Defesa Civil.

O contrato é de um ano. A mudança é em virtude da venda do imóvel onde hoje está instalada a Defesa Civil, junto ao prédio da Secretaria de Saúde. Já o setor administrativo da secre-

taria foi realocado no posto do bairro Oriental.

Pela aprovação de outro projeto, um crédito de R\$ 10 mil foi aberto no orçamento da Saúde: R\$ 5 mil para a do Concis compra de medicamentos, por meio do Concisa, e R\$ 5 mil para a manutenção do programa ESF para indígenas. Outro projeto se refere ao apoio em reforma da casa de Eva de Lourdes dos Santos.



CALÇAMENTO

Vereadores também autorizaram o município a fazer obras de calçamento na rua Pedro Gualberto Diel, no bairro Auxiliadora, em uma área de 470 metros quadrados. A empreiteira e os proprietários dos imóveis firmarão contrato.

A participação do municí-

pio corresponde a até 25% do total estimado da obra, por meio da elaboração do projeto geométrico e pluvial, com bocas-de-lobo e tubulação, a compactação e regularização de terras, e o fornecimento de material para execução do meio-fio e drenagem.

Reportagem: Rodrigo Martini

Fotos: Anderson Lopes



MAIS RIGIDEZ: Hoje, mais de 120 novos loteamentos estão protocolados na Secretaria de Planejamento. Novas regras para liberação ainda precisam do aval da câmara para ser implantadas

Lajeado estabelece novas regras para loteamentos

Seplan entregou aos vereadores, ontem, projeto que altera Plano Diretor

Lajeado

A Secretaria de Planejamento (Seplan) trabalhou durante um ano na formatação do projeto de lei que altera itens do Plano Diretor do município. Audiência pública, reuniões com loteadores, construtores e Ministério Público (MP) e estudos internos resultaram em um documento de 19 páginas com alterações nas normas de instalação de loteamentos.

Uma minuta do documento já foi apresentada no mês passado aos vereadores. O projeto também contou com aval do Conselho de Política Urbana (Copur). Desde janeiro, a equipe técnica coordenada pela secretária da Seplan, Marta Peixoto, também realizou reuniões mensais com grupos de empresários do setor de construção civil de

outras cidades da região.

Houve proposta apresentada pelo governo e contraproposta pelos empresários. O documento atual é uma junção de ambas. Agora, a exigência por uma infraestrutura completa para novos loteamentos está confirmada. Para atender as normas, empresários precisam disponibilizar água, luz, esgoto, calçamento, rede pluvial e iluminação pública. Sem isso, os empreendimentos serão embargados.

O Plano Diretor atual apresenta poucos empecilhos para abertura de loteamentos. A partir da nova lei proposta pelo Executivo, serão exigidas também as tubulações da rede pluvial. Com isso, o governo quer evitar reformas nas pavimentações. O artigo sugerido prevê ainda calçadas mais largas. Hoje, elas têm dois metros

“As novas regras valerão só para projetos encaminhados após a homologação da lei pelo prefeito.

de largura. Passam para três.

As novas regras valerão só para projetos encaminhados após a homologação da lei pelo prefeito. A Seplan tem hoje quase 120 pedidos em análise para novos loteamentos em Lajeado. Todos já protocolados. Com a mudança, a previsão é de aumento no valor e no preço dos imóveis.

Esta será a terceira tentativa do governo municipal de mudar as regras do Plano Diretor. A primeira ocorreu em 1994, mas não saiu do papel. Doze anos depois, em 2006, o Executivo tentou alterar as exigências novamente. Assim como em 1994, a câmara de vereadores rejeitou a proposta. Agora, é preciso voto favorável de nove parlamentares para aprovar a lei.

Mais detalhes

Nos loteamentos e desmembra-

mentos de solo situados ao longo de rodovias federais e estaduais, nas quais a faixa de domínio se encontra instituída, mediante desapropriações por parte do Estado ou União, a nova norma exige que seja respeitada uma faixa não edificante de 15 metros de largura, conforme legislação federal. A lei não valerá para as RST-421 e RST-413.

Para instituir condomínios por unidades autônomas, será obrigatória a instalação de redes de equipamentos para o abastecimento de água potável, energia elétrica e iluminação das vias condominiais, além das redes de drenagem pluvial, esgotos sanitários e obras de pavimentação das vias, com colocação de meio-fio e cordões, bem como tratamento das áreas de uso comum.



Restrições aumentam

O projeto de lei veta o parcelamento do solo em alguns casos. Entre eles, para terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas ou a proteção para as cheias e inundações. Também está vetado em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.

Conforme o projeto de lei, loteadoras não poderão parcelar o solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, salvo se atendidas exigências específicas a serem estudadas pelo Sistema Municipal de Planejamento e Coordenação do Desenvolvimento Urbano. Áreas onde as condições geológicas e hidrológicas não aconselham a edificação, ou fora do alcance dos equipamentos urbano (água, luz etc), também sofrem restrições.

O novo Plano Diretor ainda limita o parcelamento do solo nas reservas ecológicas e biológicas, nas Unidades Territoriais de Preservação (UTPs) e Áreas de Preservação Ambiental (APPs), instituídas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Áreas onde a poluição impeça condições sanitárias e imóveis em terrenos encravados ou lotes

em desacordo com padrões estabelecidos na lei serão avaliados individualmente.

Divisão de loteamentos

Conforme as alterações, serão quatro tipos de loteamentos. O primeiro deles é o residencial, que consiste naqueles adotados para as Unidades Territoriais de Planejamento, destinados à implantação de atividades residenciais, comerciais e de serviços.

Haverá também o loteamento de interesse social, realizado com a intervenção do poder público, ou produzido pela iniciativa privada com objetivo de atender programas sociais de governos municipal, estadual e federal. Nesses locais, os padrões urbanísticos são estabelecidos com o objetivo de estimular a construção de habitação de caráter social, para as classes de população de menor renda.

O terceiro tipo é o loteamento industrial, onde ficarão imóveis destinados a atividades industriais. Por fim, o novo Plano Diretor define como loteamentos agroindustriais as áreas onde a produção primária é permitida, propiciando, além das atividades do setor primário, o uso residencial e atividades de lazer e turismo.



OUTRAS REGRAS

- Somente será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zona urbana deste município;

- O parcelamento de solo obedecerá às zonas de uso, aos padrões urbanísticos e ao traçado constante no sistema viário principal;

- A porcentagem de áreas públicas não poderá, em qualquer hipótese, ser inferior a 35% nem superior a 40%;

- A largura mínima das vias de circulação é de 16 metros, sendo 10 metros para pista de rolamento e 3 metros para passeio;

- Testada máxima das quadras em áreas privadas deverá ser de 150 metros para residências e 500 metros para indústrias;

- Só será admitida a edificação em lotes resultantes de parcelamento do solo com prévia aprovação municipal.

**A receita do nosso sabor?
Qualidade dos alimentos
e segurança alimentar na
preparação dos cardápios.**



Chef Imec



RESTAURANTE

No Chef Imec Restaurante você sempre encontra qualidade na procedência dos alimentos, na produção dos cardápios e segurança alimentar na manipulação das preparações.

Nosso foco é a sua saúde, por isso cuidamos:

- da qualificação de fornecedores;
- da seleção dos alimentos;
- do treinamento de pessoal;
- das boas práticas de manipulação;
- do cardápio com preparações de alto valor nutricional;
- do acompanhamento das tendências gastronômicas.

Assim é o Chef Imec Restaurante. Uma equipe completa e responsável pela preparação da principal refeição do seu dia.

De segunda a domingo, das 11h30 às 14h.

Junto ao Imec Matriz

Rua Julio de Castilhos, 1157 Centro Lajeado

Fone: 3710-1267

PPE pode beneficiar empresas da região

Proposta permite reduzir jornada de trabalho e salário para evitar demissões

Vale do Taquari

Anunciado na segunda-feira pelo governo federal, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) foi publicado no Diário Oficial da União ontem. A medida tenta evitar demissões em massa devido à crise na economia.

A proposta permite às empresas que comprovarem dificuldades financeiras reduzir em 30% a jornada de trabalho e o salário dos funcionários pelo período máximo de um ano. Metade das perdas salariais seria compensada pelo governo, com uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Com a mudança, um trabalhador que recebe salário de R\$ 2,5 mil passará a receber R\$ 2.125. Do total, R\$ 1.750 são pagos pela empresa e R\$ 375 pelo governo, com verba do FAT.

O PPE foi apresentado pelo ministro Miguel Rosseto, da Secretaria-Geral da Presidência, em encontro com representantes das centrais sindicais e do setor patronal. Segundo ele, o programa tem como base modelo semelhante adotado na Alemanha, e foi proposto em 2012 pelos sindicatos.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Heitor José Müller, a decisão demonstra o amadurecimento das negociações entre governo, sindicatos e patronais. "É uma medida inédita, que precisa ser louvada por trazer uma nova dinâmica na relação entre os três setores."

Conforme Müller, o empresa-



Programa busca evitar desligamentos em massa na indústria durante a crise econômica enfrentada pelo país

riado será beneficiado com a manutenção da mão de obra, principalmente em setores que exigem especialização. "As empresas não querem demitir funcionários qualificados, pois isso reduz a capacidade de produção para quando a economia melhorar."

Na opinião do presidente da Fiergs, os trabalhadores também se beneficiam da proposta, pois terão os empregos assegurados. "É uma segurança fundamental, ainda mais no momento em que a empregabilidade está prejudicada."

Müller ressalta que o novo programa ainda depende de regulamentação para ser aplicado. A previsão do governo é concluir em 15 dias os trabalhos da comissão que detalhará o PPE.

Garantia de direitos

Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o PPE representa uma vitória do movimento sindical. Conforme a entidade, os direitos ficam garantidos, uma vez que o trabalhador permanece com o vínculo empregatício, com FGTS e benefícios assegurados em convenção coletiva.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (Stial), Adão Gossmann, afirma que ainda é cedo para opinar. "Como a proposta é muito nova, temos que estudar os critérios para aplicação."

O programa deve custar ao governo cerca de R\$ 95 milhões entre 2015 e 2016. A União alega que o valor é menor do que os gastos com seguro-desemprego em caso de demissões em mas-

sa, uma vez que os trabalhadores continuarão contribuindo com o INSS.

As empresas que aderirem ao PPE não poderão dispensar os funcionários que tiveram jornada de trabalho reduzida enquanto vigorar a adesão. Após o fim do programa, os vínculos empregatícios deverão ser mantidos por 1/3 do período em que a carga horária foi diminuída.

As empresas e os trabalhadores deverão fixar a decisão em aderir ao PPE por meio de acordo coletivo específico, no qual a empresa deverá comprovar sua situação de dificuldade econômico-financeira. O período de validade para a utilização do programa é de seis meses, podendo ser prorrogável, com limite máximo de 12 meses.



REGRAS ESTABELECIDAS PELA UNIÃO

- O programa só pode ser acionado em caso de crise econômica comprovada pela empresa ao sindicato da categoria e ao governo, desde que o problema não seja resultado de má gestão.
- A empresa pode aderir por um prazo de seis meses, prorrogado por igual período mediante novo acordo.
- Salários e as jornadas poderão ser reduzidos no máximo em 30%.
- O valor a ser pago pelo empregador após a redução não poderá ser inferior ao salário mínimo.
- O governo complementarará 50% da perda salarial. O valor tem como limite o teto da parcela do seguro-desemprego.
- O contrato dos trabalhadores não é interrompido. As contribuições ao FGTS e ao INSS continuam.
- Não haverá prestação de horas extras por trabalhadores inseridos no programa.
- Pagamentos de honorários, gratificações, pró-labore, distribuição nos lucros, bonificações ou dividendos aos diretores, sócios, titulares e acionistas serão reduzidos no mesmo percentual dos salários.
- O Ministério do Trabalho deverá aprovar os pedidos de adesão ao programa.

Convênio com moradores garante pavimentação de 25 ruas

Lajeado

O prefeito Luís Fernando Schmidt assinou ontem os contratos para o calçamento de 25 ruas. Ao todo, seis bairros serão contemplados. O modelo adotado é o associativo, em que o município paga 1/3 do total da obra, elabora o projeto e prepara

o terreno. O restante fica a cargo dos moradores.

Conforme o chefe do Executivo, a pavimentação nesse formato torna a obra menos suscetível às variações de preços do mercado. "Há uma negociação diretamente com a empresa ou com as empresas. Há uma licitação feita pelos moradores,

mas sem a burocracia exigida nos processos licitatórios convencionais."

O investimento total se aproxima de R\$ 2,5 milhões, sendo que R\$ 815 mil partem de recursos públicos. Serão contempladas vias dos bairros Floresta, Jardim do Cedro, Conventos, Montanha, Universitário e Centenário.



Assinatura ocorreu ontem. Modelo divide despesas entre moradores e município